

PROJETO POLÍCO-PEDAGÓGICO

UIBRA



ÍNDICE

I-	Apresentação	PÁGINA 03
II-	Histórico da escola	PÁGINA 04
III-	Diagnóstico da realidade da escola	PÁGINA 05
IV-	Função social da escola	PÁGINA 09
V-	Princípios orientadores das práticas pedagógicas	PÁGINA 10
VI-	Missão e objetivos da educação, do ensino e das aprendizagens	PÁGINA 12
VII-	Fundamentos teóricos-metodológicos	PÁGINA 14
VIII-	Organização do trabalho pedagógico da escola	PÁGINA 16
IX-	Estratégias de avaliação	PÁGINA 17
X-	Organização Curricular da escola	PÁGINA 21
XI-	Plano de ação para a implementação do Projeto Político- Pedagógico	PÁGINA 22
XII-	Acompanhamento e avaliação do Projeto Político- Pedagógico	PÁGINA 29
XIII-	Projetos específicos	PÁGINA 30
XIV-	Referências bibliográficas	PÁGINA 31
XV-	Anexos	PÁGINA 33

I. Apresentação

A presente proposta é fruto de discussões de ideias, trocas de experiências e de um desejo de que melhoras na qualidade da educação sejam realizadas e foi elaborada por meio de discussões e debate entre a comunidade escolar a respeito dos objetivos da instituição e das ações a serem tomadas no decorrer do ano para que esses objetivos sejam alcançados.

No entanto, sabe-se que as dificuldades são muitas, mas o desejo de conseguir êxito no processo de ensino-aprendizagem é grande.

Temos convicção de que faremos o possível para pôr esta Proposta Pedagógica em prática, pois a mesma é fruto do trabalho e da competência dos membros da comunidade escolar no intuito de proporcionar uma educação de qualidade aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas numa perspectiva de ressocialização ao meio social.

II. Histórico da escola

ORIGEM HISTÓRICA, NATUREZA E CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

Dados de Identificação:

1. Dados da Instituição Educacional:

1.1. Nome da Instituição Educacional: Unidade de internação de Brazlândia - UIBRA.

1.2. E-mail: uibra.nuen@edu.se.df.gov.br

1.3. Endereço completo: BR 080 entroncamento com a DF415

1.4. Escola Vinculante: Centro Educacional Vendinha

1.3. Código: 0622. CRE: Brazlândia.

1.4. Endereço completo: BR 080 Km 25 – Estrada BSB / Pe. Bernardo.

1.5. Localização: Zona Rural de Brazlândia.

1.6. Telefone: (61) 3328-5224

1.7. E-mail: cefvendinha.brazlandia@edu.se.df.gov.br

1.8. Data de criação da Instituição Educacional: Autorização: Portaria nº 97 – SEC, de 26/12/1979 DODF nº 04, de 07/01/1980.

1.9. Reconhecimento: Portaria 17 de 07 de julho de 1980.

2.0. Credenciamento: Portaria 03 de 12 de janeiro de 2004.

2.1. Diretor: Edmundo Karpinski Ferreira Resende Matrícula: 200868-8

2.2. Vice-diretor: Renato Gomes da Silva Matrícula: 37157-2

2.3. Supervisor Pedagógico: Fábio Damasceno da Cruz. Matrícula: 223234-0

2.4. Chefe de Secretaria: Cristiane Alves Pereira. Matrícula: 49994-3

2.5. Coordenador Pedagógico: Wesley Marcos Dias. Matrícula: 208.258-06

2.6. Coordenador Pedagógico: Leonardo Alves Fernandes. Matrícula: 38.7896-6

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

A Unidade de Internação de Brazlândia – Uibra iniciou seu trabalho de atendimento aos jovens em 2014 após a desativação do CAJE (Centro de Atendimento Juvenil Especializada), funcionando provisoriamente até o dia 11 de janeiro de 2021 na Unidade de Internação de São Sebastião (UISS), vinculada ao CED São Bartolomeu localizado na cidade de São Sebastião.

Em 12 de janeiro de 2021 os jovens foram transferidos para a sede definitiva da Unidade localizada na zona rural da cidade de Brazlândia às margens da BR 080. Inicialmente, o NUEN (Núcleo de Ensino) da Unidade seria vinculado ao Centro de Ensino Fundamental 01 de Brazlândia, porém devido à mudança da direção da instituição, optou-se por vincular o NUEN ao Centro de Ensino Fundamental Vendinha, localizado na BR 080 Km 25 – Estrada BSB / Pe. Bernardo, na cidade de Brazlândia, que devido à recepção do NUEN em sua estrutura pedagógica e administrativa necessitou mudar sua nomenclatura e abrangência de atendimento pedagógico passando a ser chamado de Centro Educacional Vendinha.

A atividade pedagógica no NUEN, já vinculada ao CED Vendinha, foi iniciada pelos professores Fábio Damasceno da Cruz, Leonardo Alves Fernandes e Wesley Marcos Dias, sob a direção do Professor Edmundo Karpinski Ferreira Resende. O ano letivo de 2021, ainda no período de pandemia do Novo Coronavírus, foi iniciado de acordo com as normas e protocolos de higienização e segurança propostos pelo Ministério da Saúde e de acordo com o Decreto nº41.849, de 27 de fevereiro de 2021 e o Decreto nº 41.874, de 08 de março de 2021 emitidos pelo GDF que dispõem sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 (Sars-Cov-2), e dão outras providências.

O atendimento pedagógico na Unidade foi iniciado com 64 jovens com a faixa etária entre 17 e 20 anos. O atendimento desses jovens ocorreu de forma híbrida no decorrer do ensino remoto, sendo eles atendidos por meio de videoaulas e materiais impressos em sala de aula enviados pelos professores regentes e aplicados pelo supervisor pedagógico e os coordenadores pedagógicos, além disso os alunos também receberam atividades impressas nos módulos como complementação dos conteúdos ministrados no NUEN.

III. Diagnóstico da realidade da escola

A Unidade de Internação de Brazlândia é uma instituição de socioeducação situada na zona rural de Brazlândia responsável por atender a última etapa do processo de ressocialização dos jovens em cumprimento de medida de internação. Os jovens atendidos são oriundos de todas as cidades satélites do DF e em sua grande maioria apresentam distorção de idade/série em seu processo de ensino aprendizagem.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, a medida socioeducativa privativa de liberdade será adotada pela autoridade judiciária quando o ato infracional praticado pelo adolescente enquadrar-se nas situações previstas no art. 122, incisos I, II e III do ECA.

“Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.”

(ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Art. 122, incisos I, II e III)

A faixa etária dos atendidos nessa última etapa do processo de internação compreende a os adolescentes entre 18 a 20 anos. De acordo com as Diretrizes Pedagógicas da Escolarização na Socioeducação (SEEDF, 2014), as medidas socioeducativas são atos jurídicos que se atribuem aos adolescentes autores de ato infracional e possuem dimensão sancionante, pois o adolescente é obrigado a cumpri-las como responsabilização e oportunidade de ressocialização que visa apoiá-lo para uma convivência com qualidade social. Dessa forma, o objetivo da medida socioeducativa é educar para o convívio social, ajudando o adolescente a ser e a conviver de outra forma como sujeito em desenvolvimento.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, cronologicamente, as pessoas entre 12 e 18 anos são consideradas adolescentes e são legalmente inimputáveis. Dessa forma, para efeito da sentença da medida socioeducativa, deve ser considerada a idade do adolescente na data do ato infracional. Levando-se em consideração o Estatuto da Juventude, que considera jovens as pessoas entre 15 a 29 anos, o adolescente em conflito com a lei a partir desse momento passa a ser considerado jovem, e está sujeito a cumprir medida socioeducativa próximo ou após completar 18 anos por um período máximo de até 3 anos.

“A maior incidência de adolescentes autores de atos infracionais encontra-se na faixa de 17 anos, fim da adolescência e idade limite para o enquadramento do delito como ato infracional e para a garantia de direitos previstos no ECA. Situam-se nessa faixa de idade os 31,2% dos socioeducandos internados. A faixa de idade com maior incidência de internação é 18 anos; os adolescentes completaram essa idade enquanto

cumpriam a medida, ou a determinação de cumprimento pela autoridade competente ocorreu após a maioridade.” (DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, SEEDF, 2014, pág. 27)

Os profissionais de educação que atuam na escolarização da Unidade de Internação precisam passar por processo seletivo específico, sendo avaliados em processo e que apresentem curso de formação continuada de no mínimo 80 horas anuais e deve embasar suas práticas pedagógicas e concepções do ser humano, construídas a partir das reflexões pautadas nos princípios de direitos humanos e do SINASE (Sistema Nacional de Socioeducação).

Por apresentar suas peculiaridades em relação à sua concepção pedagógica e interpessoal, a socioeducação demanda de um olhar diferenciado em relação aos profissionais envolvidos no processo de ressocialização dos jovens presentes nesse processo.

“Depreende-se dos dados que os adolescentes que se vêm colocando socialmente como autores de atos infracionais no DF e na sociedade brasileira não possuem uma boa relação com a instituição escolar. Apresentam históricos de não aprendizagem, reiteradas transferências de escola à revelia de seus interesses ou de seus familiares, reprovações, não frequência, distorção idade-série/ano e evasão escolar. Contudo, esses sujeitos afirmam acreditar na educação como alavanca de transformação de seus percursos, possibilidade que precisa ser considerada na formulação de políticas públicas para esse grupo social e educacional.”

(DIRETRIZES PEDAGÓGICAS, SEEDF, 2014, pág. 28)

O educador é o principal responsável por oportunizar aos jovens o acesso aos conhecimentos que podem ser a chave para a promoção desses jovens. O profissional que atua nesse contexto deve ser um mediador, um facilitador que oferece sustentação ao socioeducando, enquanto este descobre novas possibilidades de traçar seu destino (SEEDF, 2014).

Assim, para que a escola atinja os objetivos sociais e pedagógicos da socioeducação deverão ser desenvolvidas estratégias e definidas prioridades a serem almeçadas no decorrer do ano letivo.

Questões que envolvem diretamente os aspectos pedagógicos:

- Constante adequação curricular ao que se refere aos conteúdos curriculares referentes a cada etapa cursada;
- Dificuldade em realizar projetos interventivos ou aulas de reforço, em turno contrário, devido à falta de espaço físico e agentes socioeducativos para atender aos alunos.

- Dificuldades para atender a todas as turmas via remota devido a falta de equipamentos suficientes para atender as demandas.

Questões que envolvem diretamente os alunos e o cotidiano escolar:

- O maior envolvimento da família no dia a dia da escola e no acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos;
- Busca de soluções mais efetivas dos problemas disciplinares;
- Conscientização dos alunos sobre a importância da conservação do patrimônio escolar;
- Valorização da leitura em todas as séries do Ensino Fundamental e Médio;
- Conscientização da celebração de datas comemorativas e celebrações regionais;
- Conscientização dos alunos ao que se refere a mudança de atitudes e o processo de ressocialização;
- Conscientização e orientação dos alunos a respeito da observância e respeito às leis instituídas pelo Estado;
- Conscientização dos alunos sobre a preservação do meio ambiente.

Questões ligadas aos aspectos físicos:

Para melhor atendimento aos alunos no ano de 2021 a instituição necessita de algumas intervenções em sua estrutura, tais como:

Objetivos em curto prazo:

- Adequação de espaço para mecanografia e sala administrativa;
- Aquisição de equipamento de áudio e vídeo para uso pedagógico nas aulas via meet.
- Aquisição de impressora jato de tinta bulk para impressão de atividades para os alunos.
- Revitalização dos banheiros dos alunos e dos professores;
- Aquisição de sofá para a sala de coordenação pedagógica;
- Aquisição de computador e impressora para a sala de coordenação pedagógica;

- Aquisição de acervo bibliográfico para empréstimo e desenvolvimento de projetos de literatura com os alunos.

Objetivos em médio prazo:

- Aquisição de uma linha telefônica interna;
- Aquisição de sistema de caixas de som em sala de aula para troca de professores e recados aos alunos;
- Montagem de uma biblioteca;
- Reforma do prédio da escola.

Objetivos em longo prazo:

- Instalação de data-show e equipamento de som em cada sala de aula.

IV. Função social da escola

O trabalho pedagógico da UIBRA se pauta na função social da escola que é formar cidadãos críticos aptos a interagirem na sociedade. O papel fundamental da escola na socioeducação é proporcionar condições aos jovens no cumprimento de medidas socioeducativas perspectivas para uma reeducação e reinserção no meio social. Assim, a escola, dentro do ambiente de socioeducação representa a principal ferramenta de transformação e mudança de postura perante o convívio social e a obediência à legislação vigente na sociedade.

Por meio de práticas sistemáticas, baseadas no respeito mútuo e também nos direitos humanos, a escola proporcionará aos jovens uma formação acadêmica a respeito das diversas áreas do conhecimento humano, apresentando de maneira contextualizada suas diversas aplicações na vida cotidiana do indivíduo.

A função social da Escola é também a de auxiliar os socioeducandos em aprendizagens que favoreçam novas formas de relação consigo, com o outro, com o meio ambiente e com as grandes causas humanas, o que amplia e potencializa as responsabilidades educativas da Escola.(SEEDF, 2014)

De acordo com a visão crítico social dos conteúdos, os alunos são agentes ativos em seu processo de ensino-aprendizagem construindo e refletindo a respeito dos conteúdos abordados por um professor mediador que será responsável por fazer a ponte entre a vivência do aluno com os conteúdos ministrados. Assim, a escola representa, dentro da Unidade de Internação, o mecanismo de interação social desses alunos, contextualizando os saberes aprendidos e apresentando possibilidades de protagonismo dentro da ação social. Além disso, o ambiente escolar deve ser pautado como um espaço de respeito às diferentes identidades culturais e sociais presentes no espaço da Unidade e deve levar os educandos a refletir e a repensar as práticas sociais que os trouxeram a este ambiente.

V. Princípios orientadores das práticas pedagógicas

Em conformidade com os fins e princípios norteadores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, esta Instituição Educacional adota como base norteadora para gestão de seu trabalho políticas educacionais e programas que visam à formação integral do aluno, articuladas ao ambiente social de todos os envolvidos em educação e daqueles beneficiados por ela, tendo como fim e propósito: a aprendizagem e formação histórico crítica.

Assim sendo, os fins e princípios norteadores, estabelecidos pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal para orientarem as práticas educativas, e seguidas por esta Instituição, foram definidos em consonância com as diretrizes emanadas da Constituição Federal e da LDB vigente, conforme segue:

- Educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações humanas individuais e sociais;

- A Educação Básica constitui um direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania numa perspectiva de continuidade articulada entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial e Ensino Médio;

- Os princípios éticos valorizados e adotados são: autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum como norteadores de uma vida cidadã;
- A vivência do processo educativo deve propiciar ao cidadão da atualidade responder as seguintes necessidades: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, em conformidade com o Relatório Delors, publicado em 1996;
- Os valores éticos, políticos e estéticos, organizados sob as primícias básicas da sensibilidade, da igualdade e da identidade, essenciais à formação do ser humano, permeiam a organização curricular, as relações interpessoais, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de todo trabalho da comunidade escolar;
- A flexibilidade teórico-metodológica e o reconhecimento em aceitação do pluralismo de ideias constituem elementos essenciais na definição da política pedagógica adotada;
- A ação pedagógica enfatiza procedimentos capazes de favorecer a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos que se baseiam os processos produtivos da sociedade atual;
- O sistema educacional proporciona recursos e meios que atendam as necessidades educacionais dos alunos, de modo a oportunizar seu desenvolvimento e aprendizagem, garantindo direito à equidade, igualdade de oportunidades educacionais, independente do comprometimento que possam ter; respeito à dignidade humana; direito à liberdade de apreender e expressar-se e; direito de ser diferente. Dessa forma incentiva a maior participação de todos, inclusive da família, promovendo ações que levem ao cumprimento das metas do Compromisso de Todos pela Educação.

Sendo assim, os procedimentos metodológicos a serem trabalhados em sala de aula e fora dela devem visar o desenvolvimento das competências e habilidades, buscando a autonomia do sujeito. Com base neste pressuposto, serão desenvolvidas, em todas as modalidades de ensino, atividades de forma interdisciplinar e contextualizada, que visem à aprendizagem, entendida esta não como acúmulo de informações e conteúdos, mas como um processo de formação e de construção do ser humano, intrínseca aos sujeitos (pais, alunos e professores), que se comunicam, se relacionam e se formam em ambiente social e pedagógico dentro e fora da instituição escolar.

A contextualização dos princípios éticos dar-se-ão por meio de temas transversais desenvolvidos em sala de aula e fora dela, de encontros promovidos com o Conselho Escolar para elaboração do regimento escolar e com a comunidade escolar para pensar, analisar e propor estratégias que melhorem o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos e administrativos que auxiliem no sucesso educacional dos alunos e favoreçam a gestão compartilhada (estabelecida pela Lei Nº 4.036, de 25/10/2007 –

DODF nº 207, de 26/10/2007, a ser exercida conforme o disposto no Art. 206 VI, da Constituição Federal, nos artigos 3º, VIII, e 14 da LDB, e no Art. 222 da Lei Orgânica do DF), visando assim um relacionamento harmônico de todos os segmentos desta Instituição Escolar. Ressalta-se, porém, que a formação de professores e gestores, através de estudos periódicos nas coordenações coletivas, será uma constante na prática pedagógica.

VI. Missão e Objetivos

1. Missão:

Nossa proposta tem por finalidade a formação processual dos alunos de maneira crítica, sensível e ética, considerando suas especificidades, enfatizando sua formação completa e os encorajando a tornarem-se progressivamente autônomos, assegurando-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Nossa missão vai ao encontro dos princípios básicos da Educação Pública, como: a natureza democrática, o acesso e a permanência do aluno na escola e a garantia de um ensino de qualidade, em que o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida em sociedade possibilite ao aluno interagir e desenvolver estratégias para resolução de conflitos.

É preciso ressaltar que será necessária a busca por parcerias com a comunidade e outras instituições, para viabilizar nossas metas, assegurando assim os serviços básicos de saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura, entre outros.

A instituição possui como função social formar cidadãos críticos aptos a interagirem na sociedade de forma plena, atuando em diferentes ambientes sociais, utilizando os conhecimentos educacionais de maneira efetiva e consciente, visando assim à reinserção desses alunos na sociedade, por meio de um processo de ressocialização pleno e digno. Para isso, a instituição busca trabalhar de maneira diversificada e contextualizada para que o ensino seja construído significativamente junto a nossos educandos.

2. Objetivos institucionais:

Objetivo Geral:

Promover uma educação de qualidade, comprometida com o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam ao indivíduo intervir na realidade e transformá-

la dentro de uma proposta crítica e reflexiva, enfocando valores essenciais à vida em sociedade, como respeito à diversidade cultural e conscientização sobre a necessidade de cuidados com o corpo e com o meio ambiente, para uma efetiva melhoria na qualidade de vida, visando assim, garantir uma aprendizagem significativa, o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral do aluno, encorajando-o a tornar-se autônomo, levando-o a interagir e a resolver seus conflitos para a construção de identidades, onde o mesmo seja ativo, criativo participativo dentro do processo de construção do seu próprio conhecimento. Encorajar a mudança de atitude no meio social e auxiliar o educando a sanar suas dificuldades relacionadas a conflitos com a lei e regras de convívio social.

Objetivos Específicos:

- Encorajar o aluno a tornar-se progressivamente autônomo para interagir e resolver seus conflitos;
- Criar condições para que o aluno se desenvolva de forma integral no âmbito escolar e social;
- Oferecer oportunidade para aquisição da aprendizagem dentro de uma proposta crítica e humanizada;
- Desenvolver estruturas cognitivas necessárias às aprendizagens significativas e à construção de competências;
- Promover atividades que facilitem a compreensão de valores e de cidadania, assim como o respeito às diversidades e às liberdades individuais;
- Promover atividades e momentos de reflexão sobre o respeito às diferenças culturais e étnicas;
- Conscientizar sobre a importância de preservação do meio ambiente;
- Viabilizar momentos de reflexão e de atitudes críticas frente aos problemas ambientais, culturais e sociais;
- Oferecer atendimento especializado por meio de projetos interventivos que visem sanar as dificuldades apresentadas por alunos defasados em certas habilidades e competências trabalhadas e em relação à defasagem idade/série.
- Oferecer atendimento especializado e de qualidade ao aluno incluso;

VII. Fundamentos teóricos-metodológicos

A instituição escolar será organizada em ciclos para as aprendizagens fundamentada na concepção de educação integral assumida pela SEEDF, entendida

para além da ampliação do tempo do estudante na escola. Educação integral implica compreender o sujeito como ser multidimensional em processo permanente de humanização e desenvolvimento do pensamento crítico a partir da problematização da realidade que o cerca e atuação consciente e responsável na construção de uma sociedade mais justa e solidária. (Diretrizes Pedagógicas para organização escolar do 2º ciclo para as aprendizagens)

Assim, a sistematização do trabalho pedagógico na escola organizada em ciclos constitui-se como “[...] possibilidade de se recorrer a pedagogias diversificadas e diferenciadas, a fim de contemplar os diferentes modos de aprender sem, contudo, abandonar os preceitos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural” (SAVIANI, 2007). Dentro dessa perspectiva, a organização escolar em ciclos apresenta-se como alternativa favorável à democratização da escola e da educação, permitindo ao estudante o livre trânsito entre os anos escolares sem a interrupção abrupta da reprovação ano a ano. Essa sistemática de organização garante o respeito à heterogeneidade dos tempos e modos de aprender que caracterizam os sujeitos e amplia suas chances de sucesso. (Diretrizes Pedagógicas para organização escolar do 2º ciclo para as aprendizagens)

A socioeducação pauta-se na construção de novos sentidos e caminhos para a vida e, nesse processo, os adolescentes devem ser agentes das mudanças que lhes são propostas e das possibilidades que lhes são apresentadas. O profissional que atua nesse contexto deve ser um mediador, um facilitador que oferece sustentação ao socioeducando, enquanto este descobre novas possibilidades de traçar seu destino. Nesse processo, o educador é o principal responsável por oportunizar aos adolescentes o acesso aos conhecimentos que podem ser a chave para sua promoção. Oportunidades que devem focar referenciais de vida, de ética, de comprometimento social, de autoridade e limite. (SEEDF, 2014)

É de extrema relevância a atuação a ação do professor mediador nesse processo propiciando ao aluno meios de desenvolver suas potencialidades e apontar caminhos para que este ponha em prática de maneira contextualizada em seu dia a dia aqueles conteúdos propostos pela escola. A valorização da bagagem cultural e dos conhecimentos formais e informais apresentados pelos estudantes auxiliará a construção de um processo escolar mais significativo e dinâmico de acordo com o contexto de vivência de cada um. A premissa de que o professor não é o detentor de todo o conhecimento retira os rótulos de que o conhecimento não é acessível e que o aluno é somente um agente passivo nas ações sistematizadas propostas pela escola. A educação é um processo dinâmico que depende da ação de todas as pessoas

envolvidas nele e requer a quebra de paradigmas e preconceitos enraizados na cultura escolar.

Nessa concepção, o ser humano é compreendido como um ser social determinado e determinante da sociedade, onde, por meio da educação, a classe trabalhadora se apropria dos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, conquistando elementos e conhecimentos que também lhe são de direito (SAVIANI, 2008)

Repensar a organização do trabalho pedagógico no sentido de reaproximar esses estudantes da escola, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e social, começa por considerá-los sujeitos de sua própria experiência, capazes de conhecer, saber, compreender, pensar e, acima de tudo, aprender (o que precisam aprender), sem desconsiderar o que já sabem.

Ao fazer a mediação do aluno com o conhecimento, o docente cria espaços de interlocução, tornando possível a aprendizagem em outra perspectiva: de troca mútua de experiências. Cada um com sua história, conhecimentos e saberes diversificados, promovendo a autonomia de professores e alunos reconhecidos como sujeitos de suas aprendizagens, conferindo-lhes o lugar de “autoridade” de suas próprias experiências, em uma relação dialógica e dialética.

Ao propor a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural como concepções do Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014a), a SEEDF o faz numa tentativa de ressignificar a forma como historicamente o conhecimento tem sido trabalhado na escola, reconhecendo que os sujeitos históricos se desenvolvem nas interações sociais, cabendo, portanto, à instituição escolar organizar-se pedagogicamente para que a educação pública cumpra sua função social de educar integralmente. (SEDF, 2014)

As metodologias de ensino-aprendizagem devem se estruturar a partir da ressignificação e da reorganização dos espaços e tempos escolares de forma a favorecer a construção do processo avaliativo formativo do estudante por meio de procedimentos e instrumentos pedagógicos que contribuirão para o desempenho dos estudantes.

VIII. Organização do trabalho pedagógico da escola

O Núcleo de Ensino da Unidade de internação de Brazlândia – UIBRA vinculado ao Centro Educacional Vendinha oferece:

1. Ensino Fundamental:

Anos Iniciais:

Turno: vespertino.

Horário de atendimento: 14h00 às 18h00.

Número de professores: 1.

Número de salas de aula: 1.

4º/5º ano do E. F de 9 anos: número de turmas: 01; Número de alunos: 5,
Modalidade /inclusão: número de alunos: 0.

Anos Finais:

Turno: Matutino e Vespertino.

Horário de funcionamento: 8h00min às 12h00min e 13h00min às 18h00min.

Número de professores: 9.

Número de salas de aula: 7.

6º/7º ano do E.F: número de turmas: 01. Número de alunos: 3.

Modalidade/inclusão: 0.

8º/9º ano do E.F: número de turmas: 03. Número de alunos: 24.

Modalidade/inclusão: 0.

1ª série do E.M.: número de turmas: 02. Número de alunos: 16.

Modalidade/inclusão: 0.

2ª/3ª série do E.M.: número de turmas: 02. Número de alunos: 5.

Modalidade/inclusão: 0.

2. Objetivos de cada etapa ou modalidade oferecida na Instituição de Ensino

2.1. Ensino Fundamental (Anos iniciais): possibilitar ao educando o desenvolvimento de sua capacidade de compreender o mundo, alargar suas fronteiras de conhecimento, aprender a ser e a conviver, apropriando-se de valores e conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. Atualmente a escola trabalha em consonância com os ciclos de alfabetização propostos pela SEDF atendendo aos alunos do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) no primeiro Ciclo e aos alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental no segundo Ciclo.

2.1.1. Bloco Inicial de Alfabetização (BIA – Primeiro Ciclo): promover alfabetização e a progressão continuada do processo de aprendizagem, além de

possibilitar a organização de um tempo maior e mais flexível para a aquisição do letramento de forma lúdica, de convívio, de prazer e interação social.

2.1.2. 4º e 5º ano (Segundo Ciclo): possibilitar o desenvolvimento das dimensões cognitivas, afetivas, sociais e motoras dos alunos, favorecendo a aprendizagem significativa levando-os ao letramento em seus diversos sentidos: linguístico, matemático, tecnológico, etc.

2.2. Ensino Fundamental Anos finais (3º ciclo): possibilitar ao aluno a ampliação do desenvolvimento de competências e habilidades adquiridas nos cinco primeiros anos escolares, no sentido de aprofundar conhecimentos relevantes e introduzir novos componentes curriculares que contribuam para a formação integral do aluno, de forma crítica e reflexiva, permitindo a ele a possibilidade de perceber-se como um ser capaz de analisar, criar, realizar e transformar.

2.3. Ensino Médio: possibilitar ao aluno a ampliação dos conhecimentos específicos por área de aprendizagem, preparando o aluno de forma global a estar apto a desenvolver diversas funções na sociedade, apresentando possibilidades de aperfeiçoamento em uma área específica de acordo com sua afinidade, assim como, preparar o aluno para ingressar no ensino superior de acordo com sua aptidão.

O objetivo da inclusão dos alunos com deficiências é auxiliá-los na superação de suas condições físicas, psicológicas e intelectuais possibilitando a convivência com os demais, de forma a propiciar-lhes o desenvolvimento de competências e habilidades e ampliação de suas potencialidades, favorecendo o exercício da cidadania plena.

IX. Estratégias de avaliação

1. Concepção de avaliação

A ação avaliativa não é apenas quantitativa, pois deve considerar as dimensões diagnósticas, processuais, contínuas, cumulativas e participativas, dessa maneira a avaliação qualitativa deverá se sobressair a avaliação quantitativa, devendo o aluno ser avaliado em sua integralidade.

O processo de avaliação terá seu início através de um diagnóstico sobre o conhecimento intrínseco do aluno e sobre o meio no qual está inserido, levando em consideração a comunidade escolar, verificando os aspectos sociais e culturais.

A partir do diagnóstico do aluno, os professores deverão desenvolver projetos interdisciplinares no intuito de aprimorar as habilidades e competências do aluno estimulando sua evolução no processo de aprendizagem.

A avaliação continuada será realizada através de conteúdos específicos, norteados pela ação e pelo planejamento do professor para a construção do conhecimento.

Na dimensão formativa e qualitativa da avaliação, o professor será o mediador capaz de trabalhar as competências e habilidades valorizando os aspectos cognitivos, afetivos e psicossociais, a partir da vivência do aluno e de acordo com a proposta curricular.

Dessa forma, a avaliação proposta pela Instituição Escolar será também formativa e contínua, pois é essencial conhecer o que o aluno já aprendeu e o que ele ainda precisa aprender, a fim de promover meios necessários à continuação das aprendizagens. Neste sentido, busca perspectiva de conhecimentos significativos, gerando novas oportunidades, redimensionamento os procedimentos avaliativos e reorganização do trabalho pedagógico.

2. Intervenções Pedagógicas

Serão realizadas intervenções pedagógicas diversas:

Em sala de aula serão realizadas atividades diversificadas e atendimento individualizado de acordo com as necessidades do aluno, além do atendimento com reforço escolar se for o caso, durante a execução dos trabalhos propostos, intervenção/apoio ao aluno defasado em relação idade-série desde os anos iniciais. Reforço escolar individualmente e ou em grupo de acordo com as especificidades necessidades do aluno em horário contrário desde que haja disponibilidade de agentes socioeducativos que possam acompanhar os alunos no decorrer do atendimento.

A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, prevê, em seu artigo 27 a possibilidade de flexibilização dos tempos e dos espaços escolares e também a possibilidade de agrupamento dos estudantes de acordo com as necessidades escolares apresentadas. Sendo assim, o reagrupamento será empregado como uma ferramenta que permite agrupar os estudantes de acordo com suas dificuldades e potencialidades de aprendizagem a fim de promover o avanço contínuo das aprendizagens dos estudantes.

Além destas, a escola desenvolverá atividades que viabilizem a interação social e valorizem as relações interpessoais e formação dos alunos como sujeitos atuantes no

meio em que convivem, assim como possibilitar aos demais agentes da escola a oportunidade de formação continuada por meio de cursos ofertados pela rede, pela EAPE, outros órgãos e instituições parceiras. Dessa forma, serão promovidas festas culturais, feiras e celebração de datas comemorativas previstas no calendário escolar, de maneira a envolver toda a comunidade escolar e local, valorizando a cultura local e as relações interpessoais e as diferenças individuais de cada ser no convívio social.

Para que a escola consiga desenvolver as atividades pedagógicas propostas, é necessária parceria e trabalho em conjunto com a Secretaria de Justiça, uma vez que o funcionamento da estrutura física e a realização das atividades pedagógicas dependem da presença dos agentes socioeducativos no encaminhamento e acompanhamento dos educandos dentro da Unidade de Internação.

3. Formas de registros avaliativos

De acordo com a proposta do Ciclo de aprendizagem, os registros avaliativos serão realizados mediante preenchimento de relatórios bimestrais, de acompanhamento do desenvolvimento do aluno dos projetos interventivos, abordando aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais. Ressalta-se que para os alunos ANEEs serão realizadas avaliações de acordo com as adequações curriculares propostas em cada disciplina.

Nas séries finais do Ensino Fundamental, serão realizados os registros avaliativos, mediante relatórios e menções convencionais elaboradas pela equipe pedagógica lançadas em boletins bimestrais informativos e registrados no diário escolar. Ressaltando que os instrumentos avaliativos serão diversos: relatórios, questionários, entrevistas, dramatização, exposição de trabalhos, testes interdisciplinares, simulados, estudos dirigidos, etc., visando impulsionar a aprendizagem do aluno e promover melhorias das competências e habilidades. Será realizado bimestralmente o Conselho de Classe participativo, com presença de pais, professores, direção e alunos, visando acompanhar e avaliar o processo da educação, do ensino e da aprendizagem.

O registro do desenvolvimento pedagógico dos alunos do Ensino Médio ocorrerá por meio do sistema leducar e também da disponibilização de boletins bimestrais a serem disponibilizados pela secretaria escolar.

4. Proposta de recuperação de estudos

A recuperação será processual e contínua realizada no decorrer do ano letivo, através das atividades diversificadas e sistematizadas pelo professor. Portanto, o foco

será o aluno que por diversos motivos não tenha ainda adquirido o conhecimento sistemático das habilidades e competências ora trabalhadas. O aluno deverá receber tratamento didático pedagógico de acordo com o planejamento das ações. Mesmo com as intervenções feitas, o aluno das séries finais que não conseguir média de aprovação ao final do ano, poderá ser promovido para a série/ano posterior com dependência de até dois componentes curriculares, com exceção do 9º ano. Progressão Parcial com Dependência ofertada nos termos da Lei nº 2.686, de 19/01/01, bem como pela portaria nº 483, de 20 de novembro de 2001; observando ainda a resolução nº 01/05- CEDF, de 2/08/05, sendo excluídos deste processo de dependência, alunos com frequência inferior a 75% do total de horas letivas.

Baseado nas diretrizes pedagógicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal a instituição trabalha na perspectiva da progressão continuada das aprendizagens dos estudantes.

A progressão continuada consiste na construção de um processo educativo ininterrupto capaz de incluir e oferecer condições de aprendizagem a todos os estudantes, rompendo com a avaliação classificatória, fragmentada e permeada pela reprovação anual (JACOMINI, 2009).

A progressão continuada fundamenta-se na ideia de que o estudante não deve repetir o que já sabe e não deve prosseguir os estudos tendo lacunas em sua aprendizagem. Isso significa que os estudantes progridem sem interrupções, sem lacunas e sem percalços que venham impedir a evolução de seu desenvolvimento escolar. Esse é o principal aspecto que difere a progressão continuada da promoção automática.

A progressão continuada pode ser praticada por meio de mecanismos, como o reagrupamento de estudantes ao longo do ano letivo, levando em conta suas dificuldades de aprendizagens, de modo que eles possam interagir com diferentes professores e desenvolvimento de projetos interventivos que permitem o atendimento imediato às dificuldades de aprendizagem evidenciadas pelos estudantes. A escola poderá ainda acrescentar outros mecanismos, após análise pelo Conselho de Classe, estudo de casos e diagnose. Todavia, deve-se cuidar para não se reduzir a avaliação à aplicação de provas ou de um único instrumento ou procedimento avaliativo. A progressão deve ser resultado de um amplo processo de avaliação que inclui o uso de diversos e diferentes modos de avaliar, conforme orientações constantes nas Diretrizes de Avaliação (DISTRITO FEDERAL, 2014b).

É importante considerar que a progressão continuada, quando bem compreendida e praticada, constitui recurso facilitador do trabalho pedagógico por dois motivos: em primeiro lugar, a atuação dos professores é valorizada e os resultados de seu trabalho são prontamente reconhecidos pela escola e pelos pais, mães/responsáveis. Ampliam-se, desse modo, as possibilidades de que sintam prazer com o que fazem. Em segundo lugar, os estudantes se sentirão

incentivados a continuar sua trajetória de aprendizagem ao perceberem claramente seus avanços. Essas são questões fundamentais para o adolescente/jovem autor de atos infracionais.

X. Organização Curricular da escola

A proposta pedagógica da UIBRA está focada no desenvolvimento de ações pedagógicas coletivas que visam à integração dos conteúdos em suas competências e habilidades ao desenvolvimento de projetos articulados em todos os anos/séries do Ensino Fundamental e Médio, baseando-se no Currículo em Movimento, proposto e elaborado pela Secretaria de Educação do DF e na Base Nacional Curricular Comum - BNCC. Assim sendo, a organização curricular contempla os Parâmetros Curriculares Nacionais e inclui conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena Lei nº 11.645/08; e de Sustentabilidade Lei nº 12.305/10 que serão articulados por todos os professores da instituição e em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira dos anos finais e do Ensino Médio de forma interdisciplinar, o Empreendedorismo, de acordo com a Lei nº 3.600, de 9 de maio de 2005, o qual será vislumbrado na execução das propostas como tema transversal no currículo do Ensino Fundamental séries/anos iniciais, finais e médio. Além destes, incluímos conteúdos referentes aos Direitos da Criança e do Adolescente, preconizados pela Lei nº 11.525, de 25/09/2007, que acrescenta o Parágrafo 5º ao Art. 32 da Lei nº 9.394/96, de 20/12/2006; os conteúdos de direito e cidadania, previstos pela Lei Distrital nº 3.940 de 02 de janeiro de 2007; dentre outros temas que serão desenvolvidos transversalmente por todos os componentes curriculares. O Ensino Religioso regulamentado pela Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao Art. 33 da LDB e, no Distrito Federal, pela Lei nº 2.230 de 31/12/1998, sendo a matrícula de caráter facultativo para o aluno e assegurado ao mesmo o respeito à diversidade cultural e religiosa e vedadas quaisquer forma de proselitismo.

A organização da matriz curricular do Ensino Fundamental Séries/anos Finais, concentra os conteúdos em três grandes áreas do conhecimento: Linguagem, Códigos e suas tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física); Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias (Matemática e Ciências Naturais), Ciências Humanas e suas tecnologias (História e Geografia), nas quais se relacionam: teoria e prática; planejamento e ação, norteando-se pelos princípios éticos e

morais em que estão consubstanciadas as relações sociais, as do mundo do trabalho e as da convivência com o meio ambiente.

O Nuen da UIBRA atende alunos inclusos em classes comuns de forma que todos se beneficiem das experiências enriquecedoras promovidas pela diversidade. Os currículos são adaptados às necessidades de cada aluno, através da adequação curricular.

Todos os temas abordados deverão oportunizar uma aprendizagem significativa ao aluno, fazendo-o participar de forma efetiva de toda ação educativa promovida no âmbito escolar.

A organização pedagógica da UIBRA se dará pela organização em ciclos de aprendizagens considerando as especificidades que caracterizam o trabalho pedagógico desenvolvido.

A organização escolar em ciclos no Ensino Fundamental é alternativa à organização anual ou seriada e objetiva atender as especificidades dos estudantes da Socioeducação, uma vez que a maioria deles encontra-se em defasagem idade/ano e seu tempo de permanência na Unidade de Internação é definido de acordo com a medida socioeducativa imputada, podendo não haver consonância com períodos letivos anuais. (SEEDF,2014)

A organização pedagógico organizado em ciclos se apoia na possibilidade de se recorrer a pedagogias diversificadas, a fim de contemplar os diferentes modos de aprender, orientadas pelos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Crítica e da Psicologia Histórico- Cultural, por entender que elas sustentam as concepções de que aprender e ensinar partem das práticas sociais nas quais os professores e alunos estão inseridos (SEEDF, 2014).

XI. Plano de ação para a implementação do Projeto Político- Pedagógico

1. Recursos humanos.

Gestão: Edmundo Karpinski Ferreira Resende

Diretor: Edmundo Karpinski Ferreira Resende

Vice-diretor: Renato Gomes da Silva

Supervisor Pedagógico: Fábio Damasceno da Cruz

Coordenadores pedagógicos: Wesley Marcos Dias e Leonardo Alves Fernandes

Número de professores em sala de aula: 11

Número de professores fora de sala de aula: 3.

Os professores que estão fora de sala de aula exercem as seguintes funções:

Supervisor Pedagógico: um professor.

Coordenação: dois professores.

Operacional:

Apoio administrativo: uma servidora

2. Recursos materiais disponíveis.

Temos disponíveis nesta Instituição os seguintes materiais: 02 televisões, 04 computadores para uso administrativo, 02 impressoras, 01 data show, 02 caixas de som, 01 tela de projeção e materiais de expediente e de consumo.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

1. Gestão Administrativa.

A gestão administrativa desta Instituição Educacional é compartilhada e democrática, escolhida através de eleição direta dos gestores, realizada no dia 27 de novembro de 2013 com a participação de toda a comunidade escolar, professores, servidores, pais, e alunos matriculados, sendo reeleita para um segundo mandato de três anos em 2016. Em 2019, houve nova eleição e uma única chapa inscrita que permaneceu na direção da escola. Temos a plena convicção de que o bom funcionamento da escola e a realização dos projetos pedagógicos dependem da participação de todos; seja no uso correto e adequado das verbas recebidas (PDDE e PDAF), seja nas questões básicas de estrutura, organização, limpeza, administração e aplicabilidade das propostas pedagógicas. O posicionamento da comunidade escolar e do Conselho escolar é essencial para a transparência e eficácia da gestão. Para que isto ocorra, sempre que necessário, nos reuniremos para discutir estas questões; e, durante o ano realizaremos duas reuniões para a avaliação Institucional no sentido de observarmos a eficácia da gestão. A Unidade de Internação UIBRA funciona de forma vinculada ao CED Vendinha e possui uma equipe local que é responsável pela administração pedagógica da NUEN na ausência do diretor, que é composta pelo Supervisor Pedagógico e por dois coordenadores Pedagógicos escolhidos pelos professores atuantes na unidade.

1.1 Recursos materiais

Quanto à definição de uso dos recursos materiais disponíveis, encontramos dificuldades, tendo em vista não existir no estabelecimento de ensino sala de múltiplas funções e/ou outras. Desta forma, os professores se dispõem a levar tais recursos materiais para a sala de aula (televisão, data show, caixa de som, etc). Os recursos computacionais ficam na sala da diretoria para realização de trabalhos administrativos, e sala dos professores para realização de atividades pedagógicas.

A estrutura oferecida pela Sejus à Secretaria de Educação para desenvolvimento das atividades escolares é precária e não apresenta espaços diversificados para a realização das atividades pedagógicas. Os banheiros da Instituição apresentam muitos problemas relacionados à vazamentos e a problemas nas portas de madeira. A ventilação do prédio é insuficiente devido a estrutura idealizada pela engenharia, que visa protocolos de segurança e contenção dos estudantes. Há também, problemas relacionados à acústica das salas de aula, uma vez que os agentes socioeducativos ficam nos corredores da unidade e o constante barulho atrapalha a ministração das aulas por parte dos professores.

Por outro lado, há espaço coberto para a realização das aulas de Educação Física (quadra coberta) e também uma quadra poliesportiva descoberta que proporcionam um ambiente adequado à prática desportiva por parte dos estudantes.

2. Gestão Pedagógica

O processo pedagógico visa zelar pela aprendizagem dos alunos, tornando-os mais atuantes e participativos em todas diversas atividades pedagógicas, desde a construção da proposta pedagógica até a execução da mesma.

Neste sentido, a coordenação pedagógica será espaço de debates, planejamento, organização das aulas, implementação e execução dos projetos, de aperfeiçoamento profissional, possibilitando que o trabalho do professor seja de uma práxis constante, observando os objetivos da proposta pedagógica, trocando experiências, pensando e inovando nas estratégias e metodologias. E, neste espaço democrático, de prática contínua, o foco central será na aprendizagem do aluno e na melhoria da qualidade da educação. Esta será de acordo com a etapa e a modalidade de ensino em que o professor atua.

Sabe-se, no entanto, que a competência docente é uma elaboração histórica e contínua, uma vez que o desenvolvimento é contínuo e dinâmico, visto que precisamos nos adequar e acompanhar os avanços tecnológicos e humanos e que estes estão cada vez mais acelerados. Neste sentido, participar de cursos, oficinas, reuniões, workshops, é uma constante do docente, pois permitirá discutir e trocar experiências, rever metodologias, crenças e convicções, analisar e orientar a prática pedagógica, conforme as exigências do momento histórico.

Atualmente, os anos iniciais do Ensino Fundamental desenvolvem um trabalho pedagógico baseado no Primeiro (1º, 2º e 3º ano) e no Segundo blocos (4º e 5º ano) implementados pela SEDF. Os anos finais também estão organizados em ciclos de acordo com a orientação da Secretaria de Educação para organização do terceiro ciclo, sendo o primeiro bloco o 6º e o 7º ano e o segundo bloco 8º e o 9º ano. O Ensino Médio ainda encontra-se no regime de seriação. O trabalho pedagógico desenvolvido possibilita a utilização de estratégias diversas, como o desenvolvimento de projetos interventivos, projetos interclasse e intraclasse e a vivência em outras etapas para aproveitamento ou resgate de conteúdos e/ou potencialidades dos alunos. Porém o grupo de professores, em alguns momentos, enfrenta dificuldades relacionadas à estratégia de avaliação adotada pelo projeto, sendo que este não apresenta a possibilidade de retenção no primeiro, segundo e quarto ano. Dessa forma, alguns alunos provindos de outras instituições ou outros de estados e que se apresentem defasados em relação ao conteúdo (falta de pré-requisitos para acompanhar a série cursada e a seguinte) e ao desenvolvimento educacional serão automaticamente aprovados para a série seguinte.

Além disso, há alguns casos extremos em que o aluno não consegue atingir as habilidades e competências necessárias ao prosseguimento dos estudos e que as ferramentas disponíveis aos professores nas etapas seguintes (projetos, vivências, atendimento individualizados, aulas de reforço, entre outros) não são suficientes para sanar as dificuldades desses alunos, o que acarretará um prejuízo a esse aluno, ao ser retido em uma série/etapa além de suas possibilidades, sendo que suas potencialidades poderiam ser melhor aproveitadas numa etapa condizente com suas potencialidades, por apresentar um conteúdo mais direcionado e adequado ao seu desenvolvimento e possibilidades de aprendizagem.

Dessa forma, o grupo avalia que em alguns momentos a reprovação faz-se necessária, não representando uma ferramenta de punição, mas uma oportunidade de resgate de oportunidade de desenvolvimento das potencialidades dos alunos de maneira mais direcionada e condizente com o nível de aprendizagem dos alunos. Sendo assim, constata-se que, por vezes, o alto índice de retenção no terceiro e no quinto ano do

Ensino Fundamental ocorre por essas etapas apresentarem a possibilidade de retenção destes alunos que foram prejudicados por essa política de ensino, que às vezes prejudicará o aluno bem mais do que uma retenção nas séries anteriores, pois em alguns casos o prejuízo torna-se maior por podar as possibilidades de atendimento direcionado de forma integral ao aluno, causando a reincidência desta retenção, devido aos prejuízos acumulados pelo aluno e que poderiam ser corrigidos em uma primeira retenção na série de origem das dificuldades do aluno.

3. Gestão Participativa

A adoção da gestão democrática possibilita ao ambiente escolar descentralizar as decisões e tomadas de ações de maneira democrática e participativa. Dessa forma, a atuação do Conselho Escolar, composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, torna a figura do Diretor um articulador dessas ações e decisões, cabendo ao coletivo a elaboração e deliberação a respeito das ações, objetivos e prioridades da instituição. A comunidade escolar passa a ter autonomia e participação na construção e andamento das atividades e objetivos propostos no ambiente escolar, evidenciando as necessidades e a identidade dos agentes e clientela atendida pela instituição.

Dessa forma, a coordenação pedagógica, a reunião bimestral entre o corpo docente e os responsáveis pelos alunos, a reunião regular do Conselho Escolar e a participação da comunidade escolar junto à escola se fazem de suma importância para o andamento pedagógico, administrativo e funcional da instituição.

4. Gestão de resultados educacionais

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da instituição de forma flexível e dinâmica e o desenvolvimento de projetos pedagógicos aliados a uma constante avaliação diagnóstica possibilitam a avaliação dos objetivos propostos, resultados educacionais e avaliações externas da qual a escola participa. Assim, sempre que necessário os resultados obtidos pela instituição são divulgados e debatidos pelo corpo diretivo, pelo corpo docente, pelo corpo discente e outros agentes que se fizerem necessários a fim de divulgar esses resultados e buscar soluções para elevar os níveis obtidos e outros caminhos e estratégias para que os objetivos que não foram atingidos sejam efetivados.

5. Gestão Financeira

Objetivos prioritários

- Definir prioridades;
- Calcular corretamente os gastos;
- Fazer a elaboração do orçamento geral;
- Prestar contas de forma clara e transparente.

Metas

- Reunir a comunidade escolar para definir a aplicação das verbas levando em consideração os bens materiais de maior necessidade no momento e também a melhoria do projeto pedagógico tendo em vista o desenvolvimento de atividades educacionais.
 - Aplicar as verbas (PDAF e PDDE) provenientes dos programas de governo de acordo com suas respectivas destinações (material de consumo, bens permanentes) e mediante prévia autorização da SEE, realizar reformas, melhorias e ampliações.
 - Realização de pesquisas de preços, no mínimo três, para aquisição dos bens necessários ao pleno desenvolvimento da instituição educacional;
 - Prestar contas de tudo que foi adquirido com os recursos das verbas através das notas fiscais.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A coordenação pedagógica é o espaço participativo e democrático em que a direção, a coordenação e o grupo docente elaboram, sistematizam e planejam o andamento pedagógico da instituição. Assim, esse momento será desenvolvido de maneira individualizada em alguns momentos, em que o professor regente elabora e prepara os materiais e ações direcionadas a sua turma, em outros momentos será desenvolvido de maneira coletiva, havendo a coordenação/planejamento por séries/etapas ou que de trabalhos que envolvam toda a escola.

A coordenação pedagógica configura momento de formação continuada e sistematizada da atuação dos profissionais de educação e de suporte e troca de experiências entre os professores e equipe pedagógica. No começo do ano letivo de 2021, os professores Wesley Marcos Dias e Leonardo Alves Fernandes foram convidados a assumirem a função como coordenadores locais da instituição.

O coordenador pedagógico desempenhará o papel de articulador das ações dos professores na escola, viabilizando a efetivação de projetos e ações educacionais, elaborando um cronograma das atividades a serem desenvolvidas junto aos professores e também realizará a mediação entre a direção escolar e grupo de professores e por vezes será responsável por transmitir ao grupo informações advindas de reuniões realizadas na Regional de Ensino ou em outras instituições. O coordenador pedagógico realizará a direção do Conselho de Classe, orientará o registro e os lançamentos dos dias letivos e informações complementares no diário de turma aos professores sob a orientação do secretário escolar, responsável pela manutenção e fiscalização destes diários.

Junto ao grupo de professores, serão sondados às necessidades latentes ou emergentes dos alunos para a elaboração de projetos e/ou ações pedagógicas, sociais e interventivas. Assim, o coordenador pedagógico também atuará como um avaliador e direcionador dos encaminhamentos pedagógicos da instituição, apresentando, em alguns momentos, sugestões pedagógicas ou interventivas, sempre respeitando a autonomia do professor regente e trabalhando em consonância com os profissionais da Equipe de Apoio Especializado e os profissionais da Sala de Recurso.

As reuniões coletivas serão registradas, sempre que necessário em ata própria, e também em ata própria do Conselho de Classe na ocasião do fechamento do bimestre letivo.

Por vezes, a coordenação pedagógica é utilizada como um momento de formação continuada ao oferecer aos professores o debate, o estudo e a troca de experiências a respeito do trabalho pedagógico. Sempre que necessário e pertinente, o coordenador pedagógico, os professores da sala de recursos, a pedagoga, o psicólogo, o diretor e outros profissionais convidados realizam formações direcionadas ao interesse ou a necessidade do grupo, assim, priorizando o aprimoramento e a renovação da prática pedagógica.

O momento da coordenação pedagógica deverá promover o respeito e a realização de acordos de convivência e de organização do trabalho pedagógico, a fim de viabilizar a concretização do planejamento pedagógico individual e coletivo da instituição.

CONSELHO ESCOLAR

O Conselho escolar é um segmento consultivo e deliberativo composto por representantes de todos os segmentos que compõem a escola e tem por papel deliberar sobre o funcionamento da instituição e também sobre tomadas de ações que envolvam esta, no sentido de descentralizar a gestão escolar em vários âmbitos, como, por exemplo, a gestão financeira. O diretor participará do Conselho Escolar como membro nato e será responsável por ser o articulador das ações da escola por mediar as necessidades apresentadas pelo grupo de professores com o Conselho escolar.

O Conselho Escolar deverá se reunir periodicamente para deliberar sobre o funcionamento da instituição e estar ciente do cotidiano da escola. Dessa forma, o Conselho se reunirá mensalmente e em casos extraordinários poderá ser convocado pelo Diretor para que sejam tomadas decisões de caráter urgente.

Cabe ao Conselho deliberar sobre a aplicação das verbas destinadas à instituição, transferências de alunos, aprovação do calendário escolar da instituição no caso de paralisação ou greve dos professores, reposição de dias letivos móveis e também acompanha a execução do PPP da instituição.

XII.

XIII. Acompanhamento e avaliação do Projeto Político- Pedagógico

Esta proposta poderá e deverá ser revista a qualquer momento de acordo com a necessidade da instituição, devendo ser acompanhada e avaliada constantemente pela comunidade escolar, podendo qualquer um dos segmentos a que se destinam esta sugerir ou solicitar a revisão de seu texto, devendo ser registradas todas as alterações e inclusões a serem feitas na ata de coordenação pedagógica para fins de organização da instituição.

XIV. Projetos específicos

No decorrer do ano letivo serão desenvolvidas ações que visem o desenvolvimento e o resgate de potencialidades dos alunos, diminuam o índice de reprovação e evasão escolar e que melhorem o nível de desempenho dos alunos em avaliações externas, como o SIPAEDF. No decorrer do ano serão desenvolvidos projetos

pedagógicos (em sala de aula com as turmas de origem e também envolvendo a escola como um todo), palestras motivacionais, informativas, preventivas e outras de acordo com as necessidades emergentes, aulas de reforço, desenvolvimento de datas comemorativas e outras previstas no calendário escolar de 2021.

Projeto Interventivo e agrupamentos intraclasse: serão desenvolvidos pelos professores dos anos iniciais e finais como umas das estratégias adotadas no ciclo, objetivando o resgate pedagógico dos alunos em defasagem ensino/aprendizagem e idade/série por meio de atividades diversificadas, atendimento individualizado e agrupamento dos alunos de acordo com seu nível de desenvolvimento educacional. Os agrupamentos interclasse, devido à natureza da instituição e os protocolos adotados em relação à segurança, principalmente ao que se refere a segurança individual dos alunos, não poderá ocorrer. Isso também se dá por orientação e solicitação do Diretor da Unidade de Internação, principal responsável pelos protocolos de segurança adotados.

Semana de uso Sustentável da água: será desenvolvido pelos professores da instituição por meio de atividades pedagógicas que possibilitem a reflexão e a construção de bons hábitos relacionados ao uso consciente da água e ao combate ao mosquito transmissor da dengue.

Aulas de reforço: serão ofertadas, de acordo com a disponibilidade de local adequado e autorização do Chefe de Segurança da Unidade, desde que haja agentes disponíveis para acompanhar os alunos, em turno contrário aos alunos com dificuldades de aprendizagem e que não conseguiram sanar suas dificuldades por meio dos projetos interventivos e atendimentos individualizados em sala de aula.

Festa Junina: será realizada no dia 23 de junho de 2021 pela Secretaria de Justiça auxiliada pelo NUEN.

Jogos Interclasse: serão desenvolvidos pelo professor de Educação Física por meio de jogos e competições diversas que envolverão todas as turmas da escola.

Semana de educação para a vida: será desenvolvida por toda a comunidade escolar, a fim de despertar nos alunos a conscientização e construção de bons hábitos relacionados ao tema “Cultura de paz”. No decorrer da semana será desenvolvido o projeto “RAP: Ressocialização, Autonomia e Protagonismo” por meio de vídeo-oficinas e terá como culminância uma Live com o Rapper GOG.

Datas comemorativas: serão desenvolvidas atividades e projetos envolvendo datas comemorativas no decorrer do ano letivo de maneira a desenvolver os valores morais, culturais e sociais dos alunos de forma integrada ao currículo pedagógico e com as necessidades emergentes do cotidiano escolar.

Projeto Literário: será desenvolvido pela professora Cleonice e pelo grupo de professores juntamente com a coordenação pedagógica a fim de valorizar e divulgar autores o trabalho dos autores nacionais, além de incentivar o gosto pela leitura.

Projeto de Desenho Realista (Nos Rabiscos da Quebrada): Será desenvolvido pelo Supervisor Pedagógico e pelos coordenadores pedagógicos a fim de estimular nos alunos o gosto pela prática do desenho a ser desenvolvido como uma atividade saudável a ser desenvolvida nos módulos e que pode ser utilizada como uma fonte de renda quando o aluno for liberado da Unidade de Internação.

XV. Referências bibliográficas

LEI Nº 9.394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

LEI Nº 3.600, de 09/05/2005 – **Inclusão do Empreendedorismo Juvenil.**

LEI Nº 11.645, de 10/03/2008 – **Inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.**

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. **Diretrizes pedagógicas.** Brasília, 2009/2013.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito federal. **Diretrizes pedagógicas da escolarização na socioeducação.** Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. **Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica.** Brasília, 2008.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. **Orientações Curriculares – Ensino Fundamental – Séries e Anos Finais.** Brasília, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. **Orientações Curriculares – Ensino Fundamental – Séries e Anos Iniciais.** Brasília, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Ensino Fundamental – SEE/DF e Subsecretaria de Educação Pública.

DISTRITO FEDERAL. Proposta pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2008.

GADOTTI, M. Pressupostos do Projeto Pedagógico – 1994.

SETÚBAL, M. A. Cidadania, Projeto Pedagógico e Identidade da Escola. In: Revista. Atualidades Pedagógicas. Cadernos Educação Básica (9), Mec. 1994.

VALE, J.M.J. Projeto Pedagógico como Projeto Coletivo. São Paulo: Unesp, 1995.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Diretrizes para Avaliação da aprendizagem – Ensino Fundamental – Anos Finais. Brasília, 2014.

FORQUIM, J. C. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: 1993.

ANEXOS

Projetos



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA

CENTRO EDUCACIONAL VENDINHA

NÚCLEO DE ENSINO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA

Projeto Escritores da Liberdade

PROFESSORES DA UIBRA – INTERDISCIPLINAR

PÚBLICO-ALVO: todos os alunos atendidos na unidade

JUSTIFICATIVA: Utilizando filmes para se trabalhar a técnica de interpretação, análise e produção textual, o projeto tem a intenção de desenvolver atividades diferenciadas, motivando a criatividade, a crítica e a expressividade dos alunos. O filme “Escritores da Liberdade” motiva discussões importantes sobre algumas questões que devem ser levantadas na escola: preconceito, intolerância, amizade, respeito, etc. Além desse filme, também serão abordados os filmes À Procura da Felicidade, Um sonho Possível e outros que retratam o espírito crítico e o senso de realidade.

OBJETIVO GERAL: Trabalhar, por meio de questões referentes ao filme, a conscientização dos alunos e a capacidade crítica com relação à realidade. Trabalhar valores sociais e a mudança de atitude no convívio social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Resgatar os valores esquecidos;
- Estimular o espírito crítico, a concentração e a criatividade;
- Desenvolver a análise, a interpretação textual e a escrita;
- Resgatar valores sociais;
- Propiciar reflexão a respeito do convívio social;
- Trabalhar a expressão, desenvoltura e coletividade.

CONTEÚDOS

- Exibição do filme “Escritores da Liberdade” e outros em sala de aula;
- Debate sobre temas relacionados ao filme;
- Questionário de interpretação;
- Registro das produções textuais em um caderno de redação.

Primeiramente os alunos assistirão ao filme “Escritores da Liberdade”, participarão de uma discussão com os professores e responderão algumas questões de interpretação.

RECURSOS

- DVD do filme “Escritores da Liberdade”;
- Atividades de interpretação sobre o filme;
- Data show;
- Tela de projeção;
- Folhas de sulfite;
- Cadernos.

AValiação

Os alunos serão avaliados de maneira contínua, ou seja, durante toda a realização do projeto e também, por meio da participação e das atividades produzidas.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA
CENTRO EDUCACIONAL VENDINHA
NÚCLEO DE ENSINO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA

FESTA JUNINA

PROFESSORES DA UIBRA – INTERDISCIPLINAR

PÚBLICO-ALVO: todos os alunos atendidos na unidade

JUSTIFICATIVA: Promover momento de confraternização e interação entre os alunos e funcionários da Unidade e estimular a cultura popular com os estudantes

OBJETIVO GERAL: Trabalhar valores culturais e sociais

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Resgatar os valores esquecidos;
- Reconhecimento de comidas típicas;
- Estimular o espírito crítico, a concentração e a criatividade;
- Desenvolver a análise, a interpretação textual e a escrita;
- Resgatar valores sociais;
- Propiciar reflexão a respeito do convívio social;
- Trabalhar a expressão, desenvoltura e coletividade.

CONTEÚDOS

- Datas comemorativas
- Folclore brasileiro;
- Trabalho em equipe

A festa será desenvolvida por meio da parceria entre o NUEN e a SEJUS no dia 29 de junho, por meio de atividades direcionadas que serão desenvolvidas na quadra coberta e contará com a participação dos professores, dos agentes socioeducativos e dos profissionais de apoio da SEJUS.

RECURSOS

- Quadra poliesportiva;
- Barracas;
- Comidas típicas;
- Funcionários da SEEDF e da SEJUS

AValiação

Os alunos serão avaliados de maneira contínua, ou seja, durante toda a realização do projeto e também, por meio da participação e das atividades produzidas.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA

CENTRO EDUCACIONAL VENDINHA

NÚCLEO DE ENSINO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA

Projeto Semana de Educação para Vida

PROFESSORES DA UIBRA – INTERDISCIPLINAR

PÚBLICO-ALVO: todos os alunos atendidos na unidade

JUSTIFICATIVA: De acordo com o calendário escolar de 2021, entre os dias 03 e 07 de maio de 2021, será desenvolvido o Projeto de Semana de Educação para Vida com o Tema “Cultura de Paz”. No decorrer da Semana será desenvolvido o Projeto RAP (Ressocialização,

OBJETIVO GERAL: Trabalhar temas diversos que levem o estudante a realizar uma reflexão a respeito de temas de relevância social e cultural na sociedade brasileira

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Resgatar os valores morais e sociais;
- Estimular o espírito crítico, a concentração e a criatividade;
- Desenvolver a análise, a interpretação textual e a escrita;
- Propiciar reflexão a respeito do convívio social;
- Apresentar aos estudantes diferentes formas de expressões culturais;
- Trabalhar a expressão, desenvoltura e coletividade.

CONTEÚDOS

- Literatura marginal;
- Violência contra a mulher;
- Desafios da Ressocialização;
- Inclusão e acessibilidade;
- História e cultura indígena.

Os temas serão trabalhados por meio de vídeo-oficinas do Projeto “RAP” que são organizadas em palestras sobre o tema do dia, uma apresentação musical e uma oficina direcionada ao tema Rap e terá como culminância uma Live com o cantor GOG.

RECURSOS

- Vídeo-oficinas;
- TV;
- Pen drive;
- Caixa de som;
- Data show;
- Tela de projeção;
- Folhas de sulfite.

AValiação

Os alunos serão avaliados de maneira contínua durante o desenvolvimento do projeto por meio da participação nas oficinas trabalhadas e também por meio de questionários a respeito dos temas trabalhados.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA

CENTRO EDUCACIONAL VENDINHA

NÚCLEO DE ENSINO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA

Projeto de desenhos realistas (Nos rabiscos da quebrada)

PROFESSORES DA UIBRA – Supervisão e coordenação pedagógica

PÚBLICO-ALVO: todos os alunos atendidos na unidade

JUSTIFICATIVA: devido à natureza da unidade, os estudantes possuem muito tempo ocioso e necessitam desenvolver atividades produtivas para ocuparem seu tempo, além de terem a necessidade de aprenderem uma forma de se aprimorarem culturalmente e profissionalmente para serem reinseridos no meio social. Dessa forma, a aprendizagem de desenhos realistas representa uma oportunidade dos estudantes desenvolverem habilidades que podem futuramente gerar uma oportunidade de renda e também os ajudarão a ocupar seu tempo de forma produtiva por meio de uma atividade de cunho artístico que irá trabalhar várias habilidades necessárias no convívio social, como, concentração, paciência, coordenação motora fina, percepção, etc.

OBJETIVO GERAL: Trabalhar técnicas e conceitos relacionados à produção de desenhos realistas e reprodução de fotos, por meio do desenho a lápis grafite.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprimorar conceitos e técnicas artísticas;
- Estimular a concentração e percepção espacial;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades artísticas que podem futuramente gerar renda aos estudantes.

CONTEÚDOS

- Conhecendo os materiais;
- Métodos de esboço;
- Sombra e Luz;
- Aprendendo a sombrear;
- Como desenhar cabelos;
- Como desenhas bocas;
- Como desenhas olhos;
- Como desenhar nariz;
- Como desenhar um rosto inteiro;
- Como desenhar metal e reflexos;
- Como desenhar pelos e animais;
- Como desenhar água;
- Quanto cobrar por um desenho?
- Como escolher uma referência?

As aulas serão desenvolvidas pelo supervisor pedagógico e pelos coordenadores no decorrer do ano letivo com mo auxílio dos professores regentes e terá como culminância uma exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos no final do ano letivo.

RECURSOS

- Lápis para desenhos nas graduações H, HB, 2B, 4B e 6B;
- Lapiseira 0.5;
- Grafite 0.5 4B;
- Boleador para desenho;
- Borracha plástica;
- Esfuminho;
- Apontador;
- Régua;
- Fita crepe;
- Papel Higiênico folha dupla;
- Caneta borracha;
- Verniz fixador;
- Papel para desenho de gramatura adequada;
- Caixa de som;
- Data show;
- Tela de projeção;
- Folhas de sulfite.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados de maneira contínua durante o desenvolvimento do projeto por meio da participação nas oficinas trabalhadas e também por meio dos trabalhos realizados no decorrer do projeto.



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE BRAZLÂNDIA
CENTRO EDUCACIONAL VENDINHA
NÚCLEO DE ENSINO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA

Projeto Xadrez

PROFESSORES DA UIBRA – INTERDISCIPLINAR

PÚBLICO-ALVO: todos os alunos atendidos na unidade

JUSTIFICATIVA: desenvolver com os estudantes o raciocínio lógico e a concentração e proporcionar a oportunidade de desenvolver um jogo saudável que pode ser praticado nos tempos livres

OBJETIVO GERAL: Trabalhar as regras e o raciocínio lógico necessários no desenvolvimento do xadrez.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecimento a respeito das regras e jogadas do xadrez

CONTEÚDOS

- Exibição do filme “Xadrez das cores” e da série “O gambito da Rainha” como forma de incentivo a prática do xadrez em sala de aula;
- Debate sobre temas relacionados ao filme;
- Questionário de interpretação;
- Regras do jogo;
- Raciocínio lógico.

Como forma de incentivo ao projeto será passado para os alunos os capítulos da série “O gambito da Rainha”

RECURSOS

- Série “O gambito da Rainha”
- Atividades de interpretação sobre a série;
- Data show;
- Tela de projeção;
- Material xerocopiado;
- Tabuleiro de xadrez;

AValiação

Os alunos serão avaliados de maneira contínua, ou seja, durante toda a realização do projeto e também, por meio da participação e das atividades produzidas.